



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF ROBERTI RENATO INÁCIO BARROCO

**1ª INTERVENÇÃO, NEGOCIAÇÃO E FASES DO EMPREGO DO BATALHÃO
DE INFANTARIA MECANIZADO EM CONTROLE DE DISTÚRBIOS NO
TRANSCORRER DE UMA OPERAÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS
GOVERNAMENTAIS**

**Rio de Janeiro
2017**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF ROBERTI RENATO INÁCIO BARROCO

**1ª INTERVENÇÃO, NEGOCIAÇÃO E FASES DO EMPREGO DO BATALHÃO DE
INFANTARIA MECANIZADO EM CONTROLE DE DISTÚRBIOS NO
TRANSCORRER DE UMA OPERAÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS
GOVERNAMENTAIS**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase na
Doutrina Militar Terrestre.

**Rio de Janeiro
2017**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMii
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Inf ROBERTI RENATO INÁCIO BARROCO

Título: 1ª INTERVENÇÃO, NEGOCIAÇÃO E FASES DO EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO EM CONTROLE DE DISTÚRBIOS NO TRANSCORRER DE UMA OPERAÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO:

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
ANTÔNIO HERVÉ BRAGA JUNIOR - TC Cmt Curso e Presidente da Comissão	
FILIPPE MACHADO CAROLINO - Cap 1º Membro	
THIAGO FERNANDES FLOR - Cap 2º Membro e Orientador	

ROBERTI RENATO INÁCIO BARROCO – Cap
Aluno

1ª INTERVENÇÃO, NEGOCIAÇÃO E FASES DO EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO EM CONTROLE DE DISTÚRBIOS NO TRANSCORRER DE UMA OPERAÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Roberti Renato Inácio Barroco^{1*}

RESUMO

A seguinte pesquisa aborda de forma prática a atuação do Exército Brasileiro nas Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais, focando as ações para áreas de comunidades, como ocorridas nas Operação ARCANJO e Operação SÃO FRANCISCO. Com o advento da mecanização da infantaria, foi abordado a negociação e primeira intervenção em Operações de Controle de Distúrbios de um Batalhão de Infantaria Mecanizado. Assim, foi observado que as possibilidades de limitações do Batalhão de Infantaria Mecanizado diferem um pouco de um Batalhão de Infantaria, por conta das viaturas mecanizadas, e que, apesar disso, as dificuldades apresentadas nas Operações de Controle de Distúrbios independem desse meio e sim de uma correta preparação e adiestramento da tropa em técnicas de negociação e primeira intervenção, evitando assim danos colaterais graves e mantendo a imagem da força perante a sociedade.

Palavras-chave: Consciência situacional. Combate urbano. Negociação. Danos colaterais.

RESUMEN

La siguiente encuesta aborda de forma práctica la actuación del Ejército Brasileño en las Operaciones de Apoyo a los Órganos Gubernamentales, mirando las acciones hacia áreas de comunidades, como ocurridas en las Operaciones ARCANJO y Operación SÃO FRANCISCO. Con el advenimiento de la mecanización de la infantería, se abordó la negociación y primera intervención en Operaciones de Control de Trastornos de un Batallón de Infantería Mecanizado. Así, se observó que las posibilidades de limitaciones del Batallón de Infantería Mecanizada difieren un poco de un Batallón de Infantería, por cuenta de los vehículos mecanizados, y que, a pesar de ello, las dificultades presentadas en las Operaciones de Control de Disturbios independen de ese medio, una correcta preparación y adiestramiento de la tropa en técnicas de negociación y primera intervención, evitando así daños colaterales graves y manteniendo la imagen de la fuerza ante la sociedad.

Palabras clave: Conciencia situacional. Combate urbano. Negociación. Daños colaterales

^{1*} Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007.

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA

Face ao problema da Segurança Pública vivida em nosso país, o emprego do Exército Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem passou a acontecer com maior frequência. Nas recentes Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais (AOG), realizadas nos Complexo de Favelas da PENHA e ALEMÃO e Complexo de Favelas da MARÉ.

Dessa forma as operações quando são realizadas em áreas de comunidades ganham algumas peculiaridades que devem ser levadas em consideração, por esse motivo devemos nos adequar a essas características locais para um melhor desenvolvimento das operações.

Nas comunidades do Rio de Janeiro, nas operações de Apoio aos Órgãos Governamentais, podemos observar que os Agentes Perturbadores da Ordem Pública se confundem com a população local, tem total conhecimento do ambiente e além disso contam com o “apoio” da maioria da população local, fato esse gerado pela falta da presença do Estado.

Nas Operações Arcanjo e São Francisco, realizadas no Rio de Janeiro, foi possível observar o emprego de tropas em Operações de Controle de Distúrbios, nos diversos níveis. Assim podemos observar que a população destas localidades se inflama com qualquer ato imperativo por parte da tropa, e que quase como rotina, a qualquer prisão ou apreensão é gerada uma pequena turba ou confusão no local. Com isso temos de estar preparados para uma intervenção inicial, uma negociação sumária e até o emprego da tropa, se for o caso.

Assim surgem algumas indagações, a tropa tem adestramento necessário para realizar a 1ª intervenção, negociação e controle de distúrbios?

1.2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Analisar se a tropa empregada em AOG possui adestramento para tais ações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propor instruções de adestramento para as frações a serem empregadas em AOG, nos quesitos: Negociação, 1ª Intervenção e Controle de distúrbios.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Nos últimos anos observamos um grande problema na segurança pública da cidade do Rio de Janeiro, em face disso o Exército Brasileiro vem sendo empregado com frequência em Op Apoio aos Órgãos Governamentais. Assim foi coletado dados das Op Arcanjo e Op São Francisco, por intermédio de entrevistas e grupo focal, constituídos por militares que participaram das operações citadas. De onde podemos observar:

- Necessidade de manuais que abordem o assunto, já que a maioria trata de combate convencional ou Operações de Garantia da Lei e da Ordem onde existe a falência dos órgãos de Segurança Pública;
- Necessidade de padronização de Técnicas Táticas e Procedimentos no Emprego de Tropa das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem em comunidades.

Assim chegaremos a conclusões para facilitar o emprego das tropas do Exército Brasileiro em Op AOG.

2 METODOLOGIA

Visando buscar embasamentos que permitam obter uma solução para o problema, esta pesquisa contemplou leitura analítica e fichamento das fontes, entrevistas com especialistas, questionários, argumentação e discussão de resultados.

Para a forma de abordagem do problema, utilizaram-se, os conceitos de pesquisa quantitativa, pois as referências numéricas alcançadas pelo questionário foram primordiais para a compreensão das necessidades militares.

Para o objetivo geral, foi utilizada a modalidade exploratória, considerando o pouco detalhamento do assunto nos manuais, fato que gerou a necessidade de uma compreensão de como foi feito nas últimas operações, realizado através das entrevistas e seguido do questionário.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

O desenvolvimento da pesquisa foi iniciado com a definição de termos e conceitos, como propósito de solucionar o problema da pesquisa, passando por uma revisão da literatura no período de janeiro de dois mil e três a junho de dois mil e dezessete. A delimitação baseou-se na necessidade de adequação do tema, visto que o frequente emprego da Força Terrestre em Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais, nos últimos anos, trouxe as operações militares para os grandes centros urbanos e para o interior das comunidades.

O limite foi determinado buscando abordar os fatos ocorridos na Operação Arcanjo e São Francisco, importantes operações de AOG realizada nos últimos anos, onde foi necessário o emprego de tropas em Operações de Controle de Distúrbios.

Foram utilizadas as palavras-chave garantia da lei e da ordem, apoio aos órgãos governamentais, combate urbano e dano colateral, em sítios eletrônicos de procura na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), do CCOPAB e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo selecionados apenas os artigos em português, inglês e espanhol. O sistema de busca foi complementado pela coleta manual de relatórios de exercícios militares, bem como de manuais de campanha referentes ao tema, do EB e de outras nações.

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura limitou-se a operações de não-guerra, com enfoque nas operações realizadas nos Complexos do Alemão, Penha e Maré, onde as Forças Armadas foram empregadas recentemente

a. Critério de inclusão:

- Estudos publicados em português, relacionados à Garantia da Lei e da Ordem e Apoio aos Órgãos Governamentais;
- Estudos e matérias jornalísticas sobre a dificuldade de identificar o agressor nas ações contra forças não regulares no combate urbano moderno;
- Estudos e matérias jornalísticas sobre danos colaterais;

- Estudos sobre emprego do Pelotão de Controle de Distúrbios em primeira intervenção e negociação.

b. Critério de exclusão:

- Estudos que abordam o emprego de Batalhão de Infantaria Mecanizado em ações de guerra ou Op Pacificação.
- Estudos que não abordam ações em áreas urbanas; e
- Estudos que envolvam duas forças regulares.

2.3 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos seguintes meios: entrevista exploratória, questionário e grupo focal.

2.2.1 Entrevistas

Com a finalidade de ampliar o conhecimento teórico e identificar experiências relevantes, foram realizadas entrevistas exploratórias com os seguintes especialistas, em ordem cronológica de execução:

Nome	Justificativa
LUCIANO VELOSO – Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação São Francisco I
RODRIGO CERQUEIRA – Cap EB	Experiência como SCmt SU na Operação Arcanjo II
PAULO CÉSAR DE ARAUJO JÚNIOR – Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação São Francisco I
RAPHAEL NAVROSKI – Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação São Francisco IV

QUADRO 1 – Quadro de Especialistas entrevistados
Fonte: O autor

2.2.2 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de oficiais que exerceram a função de comandante de subunidade na Operação Arcanjo e São Francisco. O estudo foi limitado particularmente aos Capitães da arma de infantaria, que participaram de Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais.

A amostra selecionada para realizar o questionário se restringiu a Capitães que participaram das Operações Arcanjo e São Francisco, e vivenciaram as dificuldades e experiências do emprego de tropas em Controle de Distúrbios, e em uma primeira intervenção, negociação sumária.

Dessa forma, utilizando-se dados obtidos nos relatórios das operações, a população a ser estudada foi estimada em 80 militares. A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, utilizando como parâmetros o nível de confiança igual a 90% e erro amostral de 10%.

Foram distribuídos questionários para 75 oficiais do EB com experiência de comando de Cia Fuz em operações de AOG.

A amostra foi selecionada após consulta aos relatórios e consulta a militares que participaram das duas operações citadas. A distribuição dos questionários ocorreu de forma direta (pessoalmente) ou indireta (e-mail) para 75 militares que

atendiam os requisitos. Entretanto, devido a diversos fatores, somente 39 respostas foram obtidas, não havendo necessidade de invalidar nenhuma por preenchimento incorreto ou incompleto.

2.2.3 Grupo Focal

Devido à natureza exploratória da investigação e finalizando a coleta de dados, foi conduzido um grupo focal, visando a debater os resultados colhidos nos questionários, com os seguintes especialistas:

Nome	Justificativa
THIAGO ANTONIO DE OLIVEIRA COUTO – Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação São Francisco I
LUCIANO VELOSO– Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação São Francisco I
RODRIGO CERQUEIRA – Cap EB	Experiência como SCmt SU na Operação Arcanjo II
RAPHAEL NAVROSKI – Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação São Francisco IV

QUADRO 2 – Quadro de Especialistas participantes do Grupo Focal

Fonte: O autor

Durante a orientação do referido grupo focal, foram levantadas, como pautas, divergências entre o encontrado na literatura analisada e a percepção da amostra, obtida por intermédio dos questionários, notadamente nos seguintes aspectos:

- a) Melhor desenvolvimento das instruções preparatórias para operações de AOG;
- b) Melhor forma de abordagem de uma manifestação (Turba), e negociação;
- c) Tropa mais apta a realizar essa ação em Op de Controle de Distúrbios.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas atuais Operações de GLO, particularmente em Apoio aos Órgãos Governamentais, que se desenvolvem dentro do território nacional podemos observar uma frequente ocorrência de manifestações e turbas realizadas por cidadãos brasileiros, chamados de Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP).

Dentro desse contexto vemos a importância de algumas ações realizadas por parte da tropa, dentre as quais destaca-se a primeira intervenção, negociação e ação direta do Batalhão de Infantaria Mecanizado. Apartir das entrevistas e grupo focal, observei alguns aspectos a melhorar no que tange a adestramento das tropas a serem empregadas.

Esses aspectos foram quesitos de pesquisa entre os militares que participaram das últimas Op de AOG no Rio de Janeiro. A tabela a seguir trata da primeira intervenção, negociação e Ação Direta da tropa empregada em controle de distúrbios. Trazendo representação daqueles que participaram de diversas Op de AOG, particularmente Op ARCANJO e Op SÃO FRANCISCO. As tabelas e os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos:

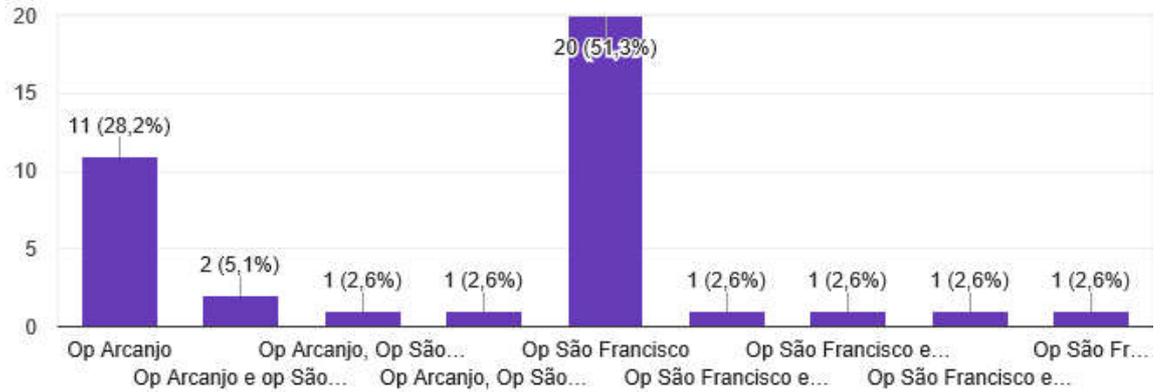


Gráfico – 1: Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais que os militares que responderam o questionário participaram.

Fonte: O Autor

A constatação da amostra é que a maioria (mais de 60%) participou das principais Op de AOG em que tínhamos ações de APOP. Grande parte deles nas Op ARCANJO e Op SÃO FRANCISCO.

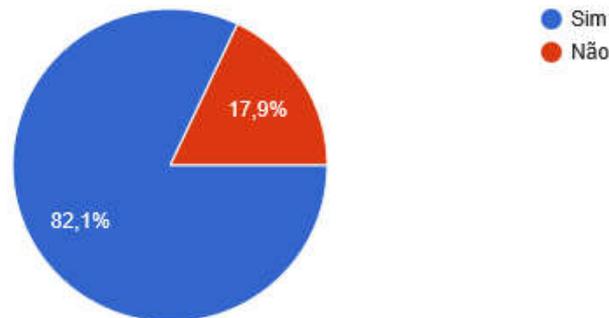


GRÁFICO 2: Avaliação da amostra, em valores absolutos, sobre a tropa possuir capacidade de realizar a negociação inicial.

Fonte: O autor

A partir deste resultado e das justificativas apresentadas, observamos que mais de 80% acredita que a tropa possui capacidade de realizar a negociação inicial. Dentre esses que acham que sim grande parte observou que deveria ser dada maior ênfase a instruções de negociação, uma vez que qualquer crise gerada em uma operação, inicialmente deve-se ser negociada para assim evitar a ação direta da tropa.



GRÁFICO 3 – Gráfico mostra em números, se a tropa que se depara com uma turba deve ser a mesma a conte-la.

Fonte: O autor

Neste item, foi aberto um espaço para justificativas, nos quais se destacaram os seguintes comentários:

a) “A tropa que se encontra no seu patrulhamento e se depara com uma manifestação realizada por APOP, deve sim ser a realizar a ação para tentar finalizar a manifestação, visto que nessas comunidades se observa que quanto maior o tempo para se realizar tal ação maior será o público envolvido”; e

b) “A tropa que se encontra na rua deve, mesmo que envolvida emocionalmente, fazer de tudo para cessar tal ato que perturbe a ordem pública. Impedindo assim uma concentração maior de APOP na área”.

As respostas baseadas no questionário, nos mostram que mais de 90% dos entrevistados afirmam que a tropa que se depara com ações de manifestações ou turbas, deve ser a mesma a realizar a ação de conte-la. Inicialmente utilizando-se técnicas de negociação que caso não surja efeito avançará para um controle de distúrbios.

Durante o debate no grupo focal, foram sugeridas algumas ações para se reduzir os danos colaterais, que são danos causados a outros que não estejam envolvidos na ação, como a distribuição de armamento e munição menos letal em todas as frações do pelotão, e que esse ainda possua instruções prévias de negociação sumária para que inicialmente possuam condições de evitar qualquer tipo de confronto com os APOP.

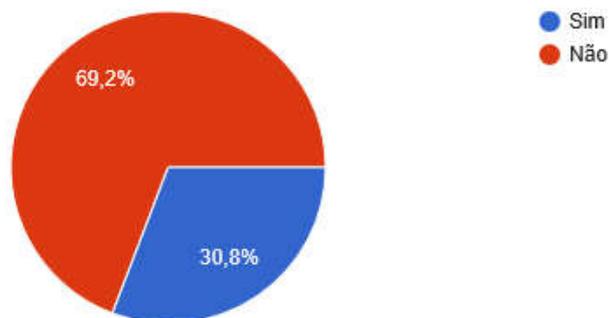


GRÁFICO 4: Avaliação da amostra, sobre a indagação se o Cmt Pel e Cmt GC possuem condições de realizar a primeira negociação

Fonte: O autor.

É notório, que a maioria dos questionados (69,2%) acredita que, os Cmt de Pel e Cmt GC, devem possuir maior adestramento para realização da primeira negociação. Nas justificativas dessa pergunta foi observado que grande parte que diz que os Cmt Pel e Cmt GC não possui condições, alega que devido ao desconhecimento e a falta de técnicas de negociação. Podemos observar ainda , fruto da discussão do grupo focal, que contou com militares possuidores do Estágio de Negociação- CIGLO, a carência de dados sobre o assunto, e que as instruções de negociação devem ser ministradas a toda tropa, ou ao menos para os Cmt das frações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente pesquisa atendeu ao pretendido. Aumentou-se a compreensão sobre a opinião dos combatentes da linha de frente acerca das alterações a serem feitas no adestramento da tropa.

A revisão da literatura permitiu concluir sobre as possibilidades e limitações do Batalhão de Infantaria Mecanizado, diferindo basicamente de um Batalhão de Infantaria por possuir Vtr Mec, o que aumenta a dissuasão em Op de AOG.

Dessa forma, entende-se que com a evolução das tropas de infantaria para tropas de natureza mecanizada, ganhamos em dissuasão e em proteção blindada. Entretanto, observa-se uma deficiência em assuntos como negociação e primeira intervenção, deficiências essas já observadas antes da mecanização da infantaria.

A compilação de dados permitiu identificar que, durante as Op de AOG são frequentes as Op Controle de Distúrbios e negociação. Porém observamos que no quesito negociação e primeira intervenção continuamos com deficiências. As tropas nível pelotão e grupo de combate, que normalmente atuam de forma isolada nessas operações devem ser instruídas quanto a esses quesitos.

Por esse motivo surge a necessidade de desenvolver planos de instrução e adestramento em negociação, visto que qualquer crise gerada em Op de AOG inicialmente deve ser realizada a negociação inicial para evitar a escalada da crise. O foco deve ser nas instruções de primeira intervenção em OCD, visto que quanto maior o tempo gasto para revolver um controle de distúrbios maior os efeitos colaterais gerados.

Recomenda-se, assim, que instruem seus comandantes de fração em técnicas de negociação e primeira intervenção. Simulando ações que já são esperadas por parte dos APOP, aumentando a percepção da negociação e primeira intervenção.

Conclui-se, portanto, que é inegável a carência dessas instruções nas pequenas frações, exigindo uma maior preparação e adestramento por parte do BIMec, para evitar danos colaterais e uma exposição inadequada da imagem do EB em Op de AOG.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, John B **Armas Não-Letais – Alternativas para os Conflitos do Século XXI**. Traduzido por Jose Magalhães de Souza. Rio de Janeiro. Editora Welser-Itage, 2003.
- ANDRADE, Maria Margarida de. Como elaborar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999
- ANDRADE, Mauro; MATT, Carlos; FURTADO, Rodrigo. Treinamento operacional para o uso da força por profissionais de segurança pública. In: RIBEIRO, Ludmila e outros (org). Curso de Qualificação para a Guarda Municipal - volume I. Rio de Janeiro: Viva Rio: 2009.
- ARAÚJO, Mario L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre.**, Brasília, DF, ed. 1. p. 16-27, jan-mar 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.**
- BRASIL. Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 2002.
- BRASIL. Exército. Estado Maior. C 85-1: Operações de Garantia da Lei e da Ordem, Brasília, DF, 2010.**
- BRASIL. Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD33-M-10: Garantia da Lei e da Ordem** 1. ed. Brasília, DF, 2013.
- _____. _____. **C 7-20: Batalhões de Infantaria.** 3. ed. Brasília, DF, 2003a.
- _____. _____. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército.** 3. ed. Brasília, DF, 2003b.
- BRASIL. Exército. **C 7-10: Companhia de Fuzileiros.** 1. ed. Brasília, DF, 1973.
- CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (Brasil).** Nota de Aula. Campinas. 2015
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino.** Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- COSTA, Antonio Fernando Gomes da.** Guia para elaboração de relatórios de pesquisa: monografias: trabalhos de iniciação científica, dissertação, teses e editoração de livros. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Unitec, 1998.
- CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça; SOUZA, Vânia Pinheiro de.** Orientações para normalização de trabalhos acadêmicos. 6. ed. rev. e atual. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.
- D'ONOFRIO, Salvatore.** Metodologia do trabalho intelectual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard; LOWE, Andy.** Pesquisa gerencial em administração: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos em consultoria. Tradução Nivaldo Montingelli Júnior. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ECO, Umberto.** Como se faz uma tese. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** 2 ed. Rio de Janeiro. 1994. Vol 2
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Manual de Campanha nº ATTP 3-39.10 (FM 19-10) – Law and Order Operations,** Headquarters Department of the US Army, 2011.

FACCINA, Carlos Roberto; PELUSO, Luis Alberto. Metodologia científica: o problema da análise social. São Paulo: Mackenzie : Pioneira, 1984.

GALLIANO, A. Guilherme. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HÜBNER, Maria Marta. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira : Mackenzie, 1998.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KURY, Adriano da Gama. Elaboração e editoração de trabalhos de nível universitário: especialmente na área humanística. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui São Paulo, 28 jun. 2007. Folha Ilustrada, Caderno 5, p. 6.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Metodologia científica. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

LODI, João Bosco. A entrevista: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

MARCANTONIO, Antonia Terezinha; SANTOS, Martha Maria dos; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, João Bosco et al. Manual de redação e revisão. São Paulo: Atlas, 1995.

NOGUEIRA, Adriano (Org.). Ciência para quem? Formação científica para quê? a formação do professor conforme desafios regionais. Petrópolis: Vozes; Campo Mourão: FECILCAM, 2000.

NOVA FAMÍLIA DE BLINDADOS SODRE RODAS, FABRICAÇÃO NACIONAL. Brasília- DF. Disponível em <[http:// www.epex.eb.mil.br/guarani](http://www.epex.eb.mil.br/guarani)>. Acesso em 10 novembro de 2016.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira: 2000.

PESQUISAS acadêmicas: banco de dados. Disponível em:

<<http://www.pesq.org/pec/dados/.banco>>. Acesso em: 21 set. 2006.

RABELLO, Eraldo, Introdução a Balística Forense, Volume 2, Imprensa Oficial, 1ª Ed., 1967.

- RIBEIRO, Mauro. Metodologia em história. Datavenia, São Paulo, ano 1, n. 3, ago. 1995. Disponível em: <<http://www.datavenia.inf.br/frameartig.html>>. Acesso em: 10 set. 2005.
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SÁ, Elisabeth Schneider de et. al. Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. 5. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SALOMON, Décio Vieira. Como fazer uma monografia. 9. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SANTOS, Izequias Estevam. Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica. Niterói: Dominarte, 1997.
- SÃO PAULO. M-8-PM: **Manual de Controle de Distúrbios Civis da Polícia Militar**, SP, 2011.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, Marcos. Métodos. .Net, Rio de Janeiro, maio 2001. Seção Debates. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/brasilrevistas.htm>>. Acesso em 15 jan. 2002.
- SOARES, Edvaldo. Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos. 2. ed. Curitiba: UFPR: Governo do Estado do Paraná, 1992.
- VIEIRA, Sonia. Como escrever uma tese. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, 1999.
- 3º BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE (São Paulo). Apostila de Material Bélico. São Paulo, 2005.

Solução Prática

Como resultado do Artigo Científico, verifiquei a importância e necessidade da inclusão de instruções, durante a fase de preparação para Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais.

Essas instruções devem ser ministradas para a tropa como fração constituída, desde o Grupo de Combate até o nível SU. Além das instruções que já são ministradas normalmente, como: Controle de Distúrbios e 1ª Intervenção. Deve ser inserido nos planejamentos de instruções preparatórias para tais ações, instruções de Técnicas de negociação. Proponho que seja dividido em duas fases: Inicialmente uma parte teórica, baseada no Caderno de Instrução- CIGLO, visando o entendimento das técnicas de abordagem e convencimento. E por fim a realização de práticas controladas com casos esquemáticos, para que a fração como um todo utilize as técnicas aprendidas na primeira fase, coroando a preparação para futuras ações em Op AOG.